



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA – PICVOL

**SÍTIO E ROÇA, COSTUMES E TRABALHO: FONTES E CONHECIMENTO
CAMPONÊS PARA UM PENSAMENTO GEOGRÁFICO E GEOGRAFIA
HISTÓRICA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABAIANA, SERGIPE.**

Área do conhecimento: Geografia
Subárea do conhecimento: Geografia Humana
Especialidade do conhecimento: Geografia Agrária

Relatório Parcial

Período da bolsa: de agosto de 2017 a julho de 2018

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica
PICVOL

Orientadora: Prof^a Dr^a Fabrícia de Oliveira Santos

Autor: João Pedro Celestino dos Santos

SUMÁRIO

1. Introdução	3
2. Objetivos	8
3. Metodologia	9
4. Resultados e discussões	11
5. Conclusões	26
6. Perspectivas	27
7. Referências bibliográficas	28
8. Outras atividades	31
Apêndices	33

1. Introdução

O presente relatório decorre da execução do Plano de Trabalho “Registros de memória social de camponeses em Itabaiana”, Sergipe, intrínseco ao projeto de pesquisa “SÍTIO E ROÇA, COSTUMES E TRABALHO: fontes e conhecimento camponês para um pensamento geográfico e geografia histórica da formação territorial de Itabaiana, Sergipe”, no período de agosto de 2017 a julho de 2018. No desenvolvimento do referido Plano, foram executadas leituras e discussões acerca da formação do territorial Itabaiana através de fontes historiográficas que apresentam reflexões conceituais e de conhecimento sobre a temática pesquisada, logicamente não perdeu de vista a temática do campo e do camponês, assim como a memória como forma de registro para compreender a participação desses sujeitos nesse processo de formação territorial.

A leitura historiográfica sobre a formação territorial permite compreender a importância e o papel dos sujeitos camponeses nesse processo, ouvindo-os e analisando seus discursos para refletir como os mesmos desempenharam suas funções e como enfrentam as determinações do capital e de uma classe hegemônica que tenta oprimir sua existência na sociedade. Então, com os registros das memórias desses camponeses o pesquisador se permite ampliar sua visão geográfica, pois analisa as relações entre esses sujeitos e a natureza, compreende a dimensão da importância do trabalho, do costume, do sítio e da roça como expressão da materialidade e da subjetividade camponesa.

Vale destacar aqui uma análise sobre as questões centrais dessa discussão como a categoria geográfica território que recebe inúmeras concepções, de diferentes correntes do pensamento e, aqui, por esse motivo será explanada uma breve reflexão sobre a mesma.

O território é o espaço onde se materializa as relações sociais, econômicas. É a base material onde se comunga os princípios das relações de poder, onde as mesmas são expressões de “apropriação, transformação, construção, propriedade, domínio e exploração”, como se referiu Moraes; Costa (1982, p. 128). É claro, portanto que esse processo é realizado através da

imposição de uma classe hegemônica (controladora do poder) sobre a classe/grupo/etnia subjugada e expropriada.

A construção dos territórios é sempre movida pelo interesse de explorar (seja os recursos naturais, seja os recursos humanos) e ainda, segundo Moraes (2011, p. 23)

Pode-se considerar que os processos de formação territorial envolvem sempre, em algum momento, uma faceta de colonização (em sentido amplo), expressa na difusão do modo de vida da sociedade que o empreende ou em sua expansão diretamente política (com a conquista de “novas” terras).

Portanto, quando da apropriação de espaços há, além disso, a imposição de modos de vida, de ver o mundo através da lente do dominador. É imposta às sociedades/aos grupos dominados uma língua que será adotada como oficial (como se pode analisar através da leitura historiográfica e geográfica dos países do continente africano, resultado do imperialismo europeu), e onde as classes/grupos/etnias se veem escravizados por ela. Impõem uma cultura, uma nova “fé” – como foi o caso da catequização dos povos nativos no Brasil, para que os mesmos fossem instruídos a exercerem sua crença no catolicismo (DAHER, 2012). Impõe ainda, a perda da subjetividade, do conhecimento, que podem ser considerados inapropriados frente às suas exigências.

Logo, o território – por ser constituído processualmente – “pode ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (SOUZA, 1995, p. 81). Ao longo do tempo ele vai se alterando, pois acomodam-se às novas faixas territoriais ou mesmo perdem-na.

Desse modo, o município de Itabaiana, sobretudo no século XVII – na condição de vila – abrangia territórios para além dos seus limites oficiais de hoje. Em *Memória Sobre a Capitania de Sergipe*, Marcos Antônio de Souza (2005, p. 59), faz uma breve leitura geográfica sobre a dimensão do território de Itabaiana, apontando seus limites com o Rio Sergipe e com o Rio Vasa-Barris. Território esse, que logo despertou interesses econômicos, sobretudo nas tentativas de exploração de ouro e prata.

Segundo Lima Junior (1914, p. 139-140), “tal era a vastíssima extensão de seu território desde o princípio do povoamento, o que sem dúvida concorreu para retardar o seu progresso”. Mas ainda segundo ele, já “no princípio do século 19, já estava bastante povoada a zona compreendida entre os rios Sergipe e Vasa-Barris, com núcleos de população até a fralda da Serra de Itabaiana (...)”.

Tendo em vista que a exploração de ouro e prata não teve sucesso, esse território foi utilizado justamente para pastagem (para a criação de gado) e para a agricultura, sobretudo para subsistência (plantações de amendoim, feijão, macaxeira) e ainda para comércio como a cana-de-açúcar e algodão. Logo, a configuração desse espaço se deu a partir da formação de sítios e fazendas.

Os sítios ainda permanecem na configuração espacial desse município. Neles, os camponeses procuram suprir suas necessidades. Promovem a agricultura para subsistência e uma pequena criação de gado. É a partir das atividades, e da existência dos espaços do sítio que se realizam as interrelações, ou seja, possui um sistema que comunica entre si e se auto-sustenta. É muito comum, na zona rural do município analisado, a presença desses espaços.

A partir de 1850 é estabelecida a Lei de Terras, onde a mesma tornava-se mercadoria e só poderia possuí-la quem dispusesse de recursos financeiros para comprá-la. Então, segundo Woortmann (1981, p. 171), “com o surgimento da *propriedade*, como categoria ideológica, social, econômica e jurídica, restringe-se o acesso à terra por parte dos sitiantes”. Isso, de certa forma, levou os mesmos a serem expulsos da terra, simplesmente por não terem condições aquisitivas para adquirir a terra por meio da compra. Ainda segundo ela, “a partir da segunda metade do século XIX o sítio camponês se vê constantemente espremido e subordinado à propriedade criatória (WOORTMAN, 1981, p.171)”, comungando com Nunes (1976, p. 411) quando explana que

À medida que a agricultura ia desenvolvendo-se “em aberto”, fixando o colono e, assim, ocupando, territorialmente, uma grande parte da Villa na base da pequena propriedade (os sítios), que ainda hoje é característica marcante do município de Itabaiana, se deu o choque entre lavradores e criadores.

Choque esse, sobretudo em virtude da utilização das áreas para a criação de gado e para plantação. Pois os criadores de gado impunham aos pequenos sitiantes, que estes cercarem suas “propriedades”. Era no interior dos cercamentos que eles realizavam o plantio de suas roças para poderem extrair dela o sustento de sua família.

É válido, portanto, em função do desenvolvimento capitalista ao longo do tempo, destacar a seguinte reflexão de Martins (1986, p.17)

Uma terceira mercadoria (a primeira é o produto e a segunda é a força de trabalho – grifo meu) é a terra. Também não é mercadoria típica, porque nem é produto do trabalho nem pode ser reproduzida nem é móvel. A rigor, a terra não é mercadoria, mas quando muito equivalente de mercadoria, tratada como se fosse mercadoria, embora não o sendo. A terra mercantilizada é um claro artifício produzido pela própria expansão capitalista.

Então, corroborando com esse critério o preço/valor da terra foi determinado, justamente, com o propósito de promover a obtenção de lucro e, mais ainda, para que apenas aqueles que tivessem condição aquisitiva pudessem comprá-la e os outros ficassem a mercê, sem a terra, sem condições de reproduzir-se socialmente.

O camponês (aquele que depende da terra para sobreviver, para sustentar sua família, para reproduzir-se socialmente) “passa a ser sujeito político do mundo que pretende fazê-lo desaparecer, que pretende transformá-lo em comprador e vendedor de coisas (MARTINS, 1986, p. 17)”. O modo de produção vigente olvida, por sua vez, que a terra é “condição de vida...meio de reprodução social (MARTINS, 1986, p. 37)”.

Então, é necessário entender quais são as perspectivas e análises dos camponeses (sobretudo de Itabaiana) em relação às suas condições de existência. E como mecanismo para atender a esse objetivo, utiliza-se do registro de memória social camponesa, como forma de “dar ouvidos” aos discursos e não negligenciar esses sujeitos – que são históricos e atuantes. Isso, porque, segundo Rossi (2010, p. 32)

[...] há muitos modos de induzir ao esquecimento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo. O “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar a verdade, destruir a verdade.

Essa imposição é feita pela classe dominante que procura homogeneizar a história dos sujeitos, de acordo, é claro, com seus interesses. Em vista disso, Pollak (1992, p. 4), afirma que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”, simplesmente pelo de existirem mecanismos biológicos ou sociais que promovam esse esquecimento e esses não-ditos. Mas, é fato, que esses não-ditos são respostas contundentes de questões que podem ser levantadas no decorrer das entrevistas.

O registro de memória social camponesa em Itabaiana é mais uma forma de aproximar o universo acadêmico ao universo camponês, para que se possa produzir conhecimento e valorizar, com maior ênfase, o conhecimento camponês. Revelar temas e questões que possam auxiliar no entendimento da formação territorial de Itabaiana.

2. Objetivos

Geral:

Reconhecer entre a memória social de camponeses em Itabaiana os conceitos de sítio, roça, costumes e trabalho e a produção de um conhecimento.

Específicos:

- Compreender a contribuição da memória social à Geografia;
- Estudar a relação entre memória social, pensamento geográfico e geografia histórica;
- Formação discente para a pesquisa.

3. Metodologia

Para a execução do Plano de Trabalho fez-se necessário utilizar procedimentos que atendessem aos objetivos e ao cronograma do mesmo. Procedimentos que proporcionaram a compreensão da formação territorial de Itabaiana, relacionada com os registros de memória de camponeses do município.

As atividades foram realizadas entre o período de agosto de 2017 e julho de 2018, e contribuíram para o desenvolvimento do Plano.

Durante esse período foram realizados levantamentos de fontes que fundamentaram a análise do Plano, bem como a compreensão dos objetivos do projeto, como Sevilla Gusmán; Molina (2013) que fazem uma análise da evolução do conceito do campesinato através de diferentes contextos e correntes de pensamento; Lima Júnior (1914) com uma leitura historiográfica de Itabaiana; Williams (2011) que promove uma análise das concepções de campo e cidade; Faria (1998) faz uma leitura, também historiográfica do Brasil Colônia enfatizando a população pobre/negra/camponesa desse período; Woortmann (1981) e Motta (1981) que debatem sobre a configuração do campo como os sítios e as roças; Thompson (1998) faz uma relação analítica entre costumes e cultura; e leituras referentes à memória como Silveira (2007), Barros (2009), Souza (2013), Montenegro (2015), entre outras fontes que foram de primordial importância para se compreender as relações do território em questão.

Estas referências foram discutidas em reuniões semanais, onde ocorrem as socializações das leituras, dos pensamentos e trocas de experiências entre os integrantes do grupo de pesquisa.

Já para a realização dos registros de memória (oral) dos camponeses em Itabaiana realizou-se, inicialmente um contato prévio com o entrevistado para certificar a possibilidade de marcar data e hora para realizar o registro. Os lugares costumam ser aqueles que os bolsistas envolvidos no Projeto têm acesso, pois facilita contatos e atende ao papel social da pesquisa.

Em seguida promove-se a elaboração de roteiros de campo – o que facilita a execução das entrevistas. Estas entrevistas são frequentemente, abertas, ou seja, os sujeitos sociais/e camponeses ficam “livres” para dialogarem sobre as questões que são propostas pelo roteiro. Quando a entrevista é realizada o pesquisador tem a responsabilidade de transcrever o conteúdo – ou melhor, fazer uma análise sobre a memória registrada, fazendo uma ligação com a formação territorial de Itabaiana – numa ficha de identificação¹.

Como forma de manter a integridade, sobretudo intelectual dos camponeses, é solicitado aos entrevistados que assinem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido² com finalidade de poder usar os dados, informações, registros fotográficos e gravações de voz nos relatórios e demais textos acadêmicos.

Estas entrevistas, portanto, vêm “reconfigurar o entendimento da ação humana” (ALMEIDA, 2013, p. 44), sobre o território em questão. Vêm também dar visibilidade aos camponeses que resistem e buscam formas de permanecerem na terra, sobretudo na atual configuração do modo de produção vigente que cerceia o pensar e o molda conforme suas exigências. E ainda, através da proposta do Plano e Projeto, é possível não negligenciar esses sujeitos e romper com paradigma da homogeneização da historiografia e da geografia defendida pela classe dominante.

¹ Ver Apêndice A

² Ver Apêndice B



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

4. Resultados e discussões

O referido Projeto de Pesquisa procura realizar uma leitura da formação territorial de Itabaiana através da análise, sobretudo, da configuração espacial do meio rural de Itabaiana através de categorias como os sítios e as roças que expressam relações sociais, econômicas e de poder. E ainda, analisa a sua essência – o camponês – que revela costumes, saberes e práticas sociais. Além do trabalho – de caráter concreto – que dispõe de materialidades que refletem características muito próprias da formação territorial e viabiliza a reprodução social dos mesmos em meio às imposições do sistema capitalista, que procura “*MASCARAR*” a existência camponesa e rotular o campo como um espaço do atraso e do retrocesso, ou modernizado, quando diluído no agronegócio.

Para o capitalismo o campo só é “pertinente” quando se trabalha com o agronegócio. Além de tudo, a terra tornou-se uma mercadoria, como se refere Martins (1986) em seu livro “*Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*”, quando expressa a expropriação dos indígenas e camponeses na Amazônia, provocada, sobretudo, pela influência das corporações, dos cercamentos e definições de limites políticos concebidos pelo Estado. A terra passou a ter valor monetário e os camponeses foram obrigados a se retirarem dela.

A partir dessa perspectiva, o Projeto enfatiza as potencialidades dos sujeitos sociais, das materialidades que são tidas como “atrasadas” e ratifica a importância desses critérios para a leitura territorial do município de Itabaiana.

Com base nessa leitura o Plano de Trabalho “Registros de memória social de camponeses em Itabaiana”, contempla a memória dos sujeitos/camponeses como essencial para a compreensão da formação territorial de Itabaiana. Pois a memória tem muito a revelar sobre a configuração espacial, social, econômica, cultural, e na configuração de categorias de resistência manifestadas em unidades espaciais e culturais de resistência os sítios, roças, costumes e o trabalho.

Os sujeitos constroem socialmente/coletivamente essa memória – explanam aquilo que lhes são mais próximo e conveniente. Podem dispensar oralmente informações e dados sobre aquilo que está sendo enfatizado pela pesquisa, ou mesmo silenciar, como analisou Pollak (1989) em “*Memória, esquecimento, silêncio*” quando mostra, por exemplos que as vítimas da Segunda Guerra Mundial foram, de certa forma, obrigadas a silenciar determinadas situações pelo fato de terem receio e pelas ameaças. E é evidente que esse silêncio é, extremamente, “*ensurdecedor*”, pois revela questões, em suas entrelinhas, que dizem muito sobre a temática sugerida para conversação.

Os camponeses em Itabaiana, através de suas memórias disponibilizam uma leitura historiográfica e geográfica da formação territorial de Itabaiana, do campo. Entende-se o que é o campo, quais são as relações com a terra, a importância da configuração espacial representadas nas categorias sítio, roça, malhada, mediadas pelo trabalho e por suas práticas culturais singulares, aqui denominadas de costume. Não o costume como algo sempre positivo, mas em suas contradições.

O registro de memória possibilita dar visibilidade a esses sujeitos que são, pelas estratégias do modo de produção vigente, “*maskarados*” e expropriados em todos os sentidos. Levados a uma condição de trabalho e de permanência na terra, por ora, dificultada pelas determinações do capital. Os camponeses, não devem ser negligenciados, sobretudo os seus discursos, perante uma conjuntura onde se corrobora os registros historiográficos e geográficos hegemônicos das classes dominantes.

Seguem abaixo análises de entrevistas³ realizadas no desenvolvimento do Plano.

³ As informações aqui contidas são utilizadas mediante aprovação do entrevistado. Os mesmos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ver apêndice B.

Entrevista 01:

A senhora Josefa Maria dos Santos, filha do senhor Zacarias Bispo dos Santos e da senhora Ivana Maria dos Santos (já falecidos), nasceu em 1931 num povoado chamado Cedro no município de Paripiranga/BA e tem 86 anos de idade. É uma das filhas de um total de nove. Para cuidar de seus pais, abriu mão de casar-se, mas adotou um primo e um sobrinho como filhos, e mora, atualmente, com uma de suas netas.

No primeiro momento da entrevista, a mesma relatou que sua vida foi muito sofrida, pois morando na caatinga – no sertão baiano – e já na infância começou a trabalhar com seus pais na roça. Trabalhava com enxada na capina da roça, carregava madeira nos ombros para limpar a roça, abria cova para plantar as culturas da época (milho, feijão, algodão), destopava, carregava macambira na cabeça para fazer valado (cerca). E com essa prática, cresceu ajudando seus pais, na sua reprodução social e nos desafios que a vida poderia lhes preparar.

A entrevistada ressaltou que antigamente os terrenos eram abertos, quem quisesse fazer sua roça tinha que cercar uma dada porção do espaço. Ou ainda existia a “solidariedade” de pessoas que tinham muita terra e concedia terra para outros que não tinham para que pudessem fazer sua roça. Mas quando “apareceu” o trator (*ênfatizou a importância da enxada e disse que não trabalha ainda hoje por questão de saúde*), essa relação de concessão de terra ficou escassa, onde fazia todo o preparo do solo e os trabalhadores camponeses passaram a ser expropriados e sem trabalho. Ainda segundo a entrevistada, os grandes proprietários de terra usufruíam do trabalho das famílias menos abastadas para limparem o terreno e depois plantarem capim (quando do arrendamento) para o gado. As cercas passaram a ter enorme importância na configuração do campo, pois definiam as propriedades privadas. Segundo Dona Josefa, os trabalhadores (camponeses) pobres que tinham algum terreno sem está cercado os grandes proprietários apossavam-se de parte do mesmo, inclusive seu pai perdeu parte de um terreno para um fazendeiro – disse que seria impossível recorrer legalmente pela terra, em virtude da diferença socioeconômica entre ambos. A violência por parte dos fazendeiros era expressiva: as pessoas buscavam lenha e em certos casos os seus

vaqueiros/capatazes impediam-nas de apanhar a lenha e iam embora sem levar a lenha para cozinhar.

Relatou sobre a escassez de alimentos (quando o inverno era difícil), e da dificuldade de vender o excedente da produção – pois as pessoas não tinham dinheiro e às vezes chegavam a passar fome. Pela difícil situação financeira, em alguns casos comiam pirão de café (farinha misturada ao café) para poderem ir trabalhar na roça. Levavam água em um pote para roça e quando chegavam da roça, dona Josefa brincava com suas irmãs de bonecas de pano que eram guardadas num balaio, e entretidas perdiam a noção do tempo para almoçar e retornar ao trabalho.

Dona Josefa relatou que antigamente as pessoas utilizavam muito as ervas para curar certas doenças. Disse que quando alguma criança tinha “dor de barriga” sua mãe fazia chá de mastroz e a criança melhorava. Ao contrário das doenças de hoje que são intensificadas com o uso dos venenos nos cultivos agrícolas. As pragas na roça – antigamente eram difíceis de aparecer – atualmente é comum “atacarem” a plantação e apontou algumas causas como o desmatamento e a extinção das aves.

Só faziam roça inverno e plantavam milho no dia de São José (19 de março) para colher no mês de São João (junho). A escassez de água era tamanha, que precisavam sair na madrugada para buscar água salobra em “olhos d’água” distantes de onde moravam e usavam para o gasto doméstico, consumo dos animais (ovelhas, galinhas, vacas) entre outras finalidades.

A casa onde nasceu era pequena com dois quartos e uma varanda coberta com palha de gravatá, com movelaria simples como os bancos de madeira e colchão de palha de bananeira e de junco, comiam no chão reunidos com toda família, depois se mudou para uma casa maior, por “receio” de Lampião que rondava por aquela região. Enfatizou que se Lampião fosse vivo nos tempos de hoje, o “mundo seria bom”; “o povo tinha medo, mas ele não ia para a casa de ninguém; ele morava no mato; a força dele não atacava ninguém”. Quando Lampião ia à casa de alguém para comer ou ganhar alguma coisa, era fundamental manter segredo de sua breve estadia.

Sua família tinha uma casa de farinha que, de certa forma, ajudava na reprodução social. Essa casa de farinha além de ser usada por eles para fazer farinha, beiju e outros derivados, também era usada coletivamente pela comunidade onde morava, trabalhava toda a semana e “pagavam” (em alguns casos) com um saco de farinha à sua família. Dona Josefa explicou que algumas pessoas, para produzir seu alimento, pisavam milho no pilão para fazer cuscuz.

Dona Josefa explicou que brincavam toda “noite de lua” com os vizinhos de brincadeira de roda, pois não tinha violência – tanto que chegou a registrar um grupo de tropeiros que pernoitavam embaixo de um umbuzeiro para no dia seguinte seguir sua viagem.

A entrevistada é uma mulher religiosa e católica. Falou que há uma serra chamada Serra do Capitão, onde existe uma cruz que as pessoas fazem promessas, procissões e missas. Antigamente no seu município existia a Santa Missão (com padres capuchinhos, missionários) e faziam nove dias de missa nas igrejas (realizavam casamentos, batizados). Inclusive, numa dessas missões dos capuchinhos, foi construído um tanque (Tanque da Missão) com ajuda da comunidade para fornecimento de água – atualmente é usado para esgotamento sanitário.

Falou sobre a questão do fogo. Era frequente nos velórios (ou sentinelas) as pessoas fazerem fogueiras com o intuito de iluminar a longa noite que passariam ali, já que não existia energia elétrica, e ainda usavam o candeeiro.

Sempre ouviu falar nas histórias populares, superstição e lendas como o lobisomem que colocava medo e despertava a coragem de alguns; e as luzernas – duas “bolas de fogo” que se chocavam à noite. E ainda as “botijas” que se refere a tudo que uma pessoa tinha de valor e que se encontrava escondida (enterrada ou emparedada) que quando de sua morte este “*tesouro*” tornava-se “encantado” – quando uma pessoa viva sonhava com aquela que faleceu dizendo onde estava a botija, esta poderia ir encontrá-la, mas era preciso estar preparado para as “visões” (paranormais) que poderiam acontecer.

Esse registro de memória expressa uma resistência, inclusive às determinações do sistema capitalista. A tecnificação do campo promoveu uma

série de rebatimentos na estrutura e na configuração social, pois expropriou e explorou os trabalhadores camponeses, assim como os cercamentos. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, os mesmos não abriram mão de sua identidade e de seus saberes.

Entrevista 02⁴:

O entrevistado, o senhor José Pereira de Santana Neto – nascido em 1950 – relatou que sempre trabalhou com a agricultura e revelou suas leituras sobre a atual configuração do campo. Plantavam amendoim, feijão e mandioca no período chuvoso e no verão realizavam a produção da farinha de mandioca – de maneira tradicional, onde utilizavam o rodete (manivela para dar pulsão ao ralador) para ralar a mandioca, e o forno funcionava com lenha. Ressaltou ainda que atualmente o sucesso das produções agrícolas se dá, justamente, pelo fato do incremento da mecanização e da utilização de agrotóxico, que viabilizou o cultivo em larga escala da batata-doce e das verduras que mobilizam a economia do município.

O entrevistado falou do trabalho que era realizado coletivamente e ainda enfatizou a participação da mulher nessas atividades. Segundo ele: “o trabalho de antigamente era tudo junto, era mulher, era homem, era tudo nas farinhada, relando mandioca, as mulheres relando mandioca no braço, no rodete, mulher peneirando massa na peneira e os homens mexendo no forno fazendo a farinha”. Vê-se, portanto, que o trabalho tem grande importância para a reprodução social e camponesa.

Uma das práticas utilizadas pelos camponeses, corroborando com seus próprios saberes é a plantação e colheita verificadas pela questão astronômica, o que podemos chamar de “tempo astronômico camponês”. E ele, com base nisso, ressaltou que sempre realizou seu trabalho a partir dessa perspectiva. Explicou que, por exemplo, a “batata, inhame, mandioca, a gente planta assim,

⁴ Entrevista realizada pela colaboradora do Projeto, a discente Franciely Santos Cunha; com adequação da linguagem e análise realizada pelo bolsista João Pedro Celestino dos Santos.

faltando três dias para lua cheia. Ou três dias antes, para dá boa”. A lua, portanto, também vai influenciar no desenvolvimento das plantações.

De acordo com o senhor José, a utilização dos instrumentos de trabalho como a enxada é muito frequente e faz parte, integralmente, do dia-a-dia camponês, quando do cuidado com a malhada, com suas plantações. Atualmente compra-se o cabo da enxada pronto, mas segundo ele, antigamente “cortava um pau, fazia uma coivara, ‘botava’ o pau dentro da coivara, assava, puxava a pele (*a casca da madeira*). Se o pau fosse meio torto a gente ‘botava’ numa forcalha (*haste de madeira bifurcada*) e acertava o cabo de enxada.” E ainda, “batia a enxada” para amolar o corte, facilitando o trato com a terra. Tais técnicas propiciavam o desenvolvimento do trabalho que lhes garantiam a reprodução social e a subsistência.

O transporte, para ir para outros povoados ou mesmo à cidade, era feito através de cavalo. Usavam caçuá (recipiente usado nos animais para carregar mercadorias. É feito, geralmente de cipós trançados) para poder transportar suas feiras e outras mercadorias.

Em se tratando de costumes, segundo o entrevistado, quando criança, o respeito, a sensibilidade e a solicitude eram comuns. As crianças davam a benção às pessoas mais velhas, como forma de respeito. E ainda, junto com seus pais, iam trabalhar nas malhadas para ajudar no sustento da família. Diferentemente dos dias atuais, onde, de acordo com seu José, a educação dos filhos tem sido fragilizada, o que os levam a praticarem atos que não sejam de acordo com as virtudes da família.

As manifestações culturais se davam através das festas católicas – procissões, missas e períodos importantes para a Igreja como a Semana Santa – que tinham grande representação para a comunidade, de respeito, entrega e envolvimento. O que tem sido revelado nos dias de hoje é um desprendimento de grande parte da população, das relações religiosas.

Realizavam suas brincadeiras e participavam de reisados – saíam a pé dos povoados para assistirem a manifestação seja em outros povoados ou mesmo na cidade.

O entrevistado ressaltou que, diante da configuração social em que estamos imbuídos hoje, a violência tem tomado espaço, sobretudo no campo. E isso tem levado às pessoas ao medo e até a expulsão das mesmas do campo. Vale à pena refletir a insegurança como uma das causas da expropriação do camponês, que precisa manter-se na terra para continuar desenvolvendo suas práticas e seu saber.

O senhor José enfatizou a forma como viviam antigamente, sem muito, mas com o suficiente. Com suas roupas de “sacos de açúcar” produzidas pela mãe, com os “colchões de junco” (*planta*) que retiravam do mato, com a farinha para fazer o pirão para dar aos filhos e com as diversões nos leilões que existiam.

Com esse discurso é possível salientar a importância de resguardar o conhecimento camponês para que possa ser perpassado entre a sociedade e os próprios “moradores” do campo. É ao mesmo tempo sinônimo de resistência às imposições do modo de produção vigente, que além de expropriar e subjugar, também tenta mitigar a existência do campo, do camponês, do seu pensamento e do seu saber.

Entrevista 03:

O jovem Cosme Menezes Santana é um dos dez filhos do senhor José de Santana e da senhora Valderina Menezes Santana, e aos 31 anos de idade, formado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe Campus Professor Alberto Carvalho. Possui uma relação camponesa com a terra que foi passada de geração para geração. É residente no Povoado Porções (município de Itabaiana) e mora com sua irmã que comunga do mesmo terreno onde há as residências de seus pais.

Inicialmente, o entrevistado relatou que “conheceu” aos sete anos de idade a agricultura através de seus pais que já trabalhavam com tal atividade, sobretudo para a subsistência. Geralmente estudava (no Povoado Flexas) em um período do dia e trabalhava na malhada no período oposto para ajudar na produção da família. Plantavam mandioca, batata, macaxeira, amendoim, feijão (que colocavam pra secar pendurados no telhado, “batiam” em seguida,

separavam os grãos, “beatava” (peneirava) e era guardado em sacos) e criavam/cria vacas, galinhas, patos, guinés etc. Cultivavam o “básico” (segundo o entrevistado) para suprir as necessidades da família, que já anulava a compra desses produtos. Mas quando havia excedente realizavam a venda desses produtos com a finalidade e contribuir com a renda familiar.

Segundo o entrevistado, sempre trabalhavam na malhada (possuíam também uma pequena área para pastagem de algumas vacas – e plantavam palmas para alimentação das mesmas), e disse que o trabalho nela era “mais fácil” pelo fato de estar mais próxima à sua casa, nos limites de seu terreno, e ainda pelo custo de manutenção que não é tão alto, em se comparando com uma grande propriedade ou mesmo uma pequena propriedade que produz excedentes para serem vendidos corriqueiramente no mercado.

Corroborando com a lógica camponesa de evitar ou não utilizar produtos químicos na produção agrícola (os chamados agrotóxicos) a família do entrevistado sempre procurou evitar usar tais produtos, por questão de saúde, sobretudo. E essa atitude tem representado uma forma de resistência e não uma barreira para os camponeses, sobretudo quando se almeja vender o excedente ao mercado, e também representa uma forma de não dependência do sistema capitalista e de suas imposições.

Costumam, atualmente, fazer os plantios no período de inverno (no verão não o faz por questão de disponibilidade de pouca água), nas primeiras chuvas de março. Segundo o jovem Cosme, o amendoim é plantado nas primeiras chuvas porque o solo ainda concentra uma temperatura mais elevada do que a do ambiente, o que vem propiciar uma maior produtividade. Nesse mesmo período plantam o milho, para poder colher no mês de junho.

O entrevistado recordou que, há muitos anos atrás sua família possuía uma casa de farinha tradicional (com prensa, forno de barro com utilização de lenha), onde o trabalho era realizado coletivamente e manualmente – geralmente, além da farinha (que era guardada num cilindro de aço – recipiente que armazenava e protegia a farinha de possíveis insetos), produziam o beiju.

No trabalho, as ferramentas tradicionais ainda resistem e desempenham papel de grande relevância para a reprodução social e o cultivo da terra como a

enxada, o enxadeco, a foice, o machado. E também a utilização do fogão à lenha que suprime a necessidade de compra de gás de cozinha que tende a encarecer, sobretudo para as condições financeiras da família. Ainda referente às ferramentas de trabalho, uma técnica muito usual entre os trabalhadores camponeses para afiar a lâmina de corte da enxada é batê-la sobre um bloco de ferro com uma marreta, para que o corte da terra seja mais fácil e o trabalho mais prático.

O uso coletivo da água também é um costume frequente entre os camponeses. Geralmente utilizavam água da fonte de sua propriedade – sobretudo no período de inverno e no verão tinham que buscar água na fonte pública do Povoado Sambaíba e lavavam roupa no tanque público do Povoado Flexas. Quando a sua fonte secava, a família e os vizinhos se reuniam em um mutirão para fazer a limpeza da fonte com um banguê – instrumento que servia para recolher a argila do fundo da fonte. O entrevistado ainda registrou que antigamente, o riacho que corta o Povoado, era utilizado para o consumo e trato dos animais.

Em termos de manifestações culturais, religiosos haviam cerimônias das Santas Missões que sempre ocorriam na “Gruta” (capela, onde, hoje, mulheres rezam o terço), ocorriam procissões onde os moradores do Povoado Porções e dos adjacentes manifestavam sua fé.

Cosme relatou brevemente sobre a situação do campo atualmente, que vem sendo “visitado” pela violência (em todos os sentidos) que leva a seus moradores, trabalhadores camponeses a serem expropriados pela ação de capitalistas, do capital (pois os camponeses são subjugados ao capital, dificultando o seu estabelecimento na terra e enquanto trabalhadores do campo – históricos e atuantes diante da configuração e conformação territorial – principalmente, segundo o entrevistado, pela falta de incentivo sobremodo de ordem pública.

O que o discurso de Cosme tem a nos oferecer? Através dele, é possível analisar e compreender o território de Itabaiana em sua singularidade com a relação que os camponeses têm sobre a terra, como forma de manutenção de sua existência e resistência, e ainda como forma de reprodução social. Além

disso, o discurso do entrevistado nos assegura uma perspectiva de memória social que é construída coletivamente com o propósito de manifestar e perpetuar a prática com a agricultura, os saberes e o trabalho que estão atrelados a uma conjuntura que viabiliza o fortalecimento do caráter político do termo camponês.

Entrevista 04⁵:

A senhora Maria de Fátima da Cruz Menezes, aos 61 anos de idade, nasceu no povoado Zanguê, no município de Itabaiana. E seu discurso contribui, justamente para a compreensão das facetas do capitalismo que emerge com intensidade no campo.

Inicialmente relatou que sempre morou no povoado Zanguê, em casa de taipa (configuração da maioria das casas do povoado a anos atrás), sem energia elétrica e utilizando água de maneira coletiva nas fontes do povoado, hoje se utilizam de poços artesianos e de cisternas para captação e armazenamento de água.

O trabalho, como forma de reprodução social, sempre se baseou no trabalho com a agricultura. A produção e cultivo de mandioca, macaxeira, inhame, milho feijão, amendoim, sempre serviu para subsistência da família e para venda do excedente. É claro, que emerge nesse contexto, formas de “desenvolvimento” do capital no meio rural, mas a resistência, sobretudo pela substituição do trabalho manual/humano pelo trabalho da máquina, é enfocada quando não se excluem de, ainda, trabalhar com ferramentas e práticas tradicionais. O povoado Zanguê, por sua vez, quando a entrevistada relata que “era atrasado”, não significa dizer que o mesmo o era (pois isso remete uma das formas concebidas pelo capitalismo na tentativa de mascarar a existência do campo, do camponês), o que significa é que o mesmo ainda não comportava os aparatos técnicos de infra-estrutura que existem hoje como as casas, a pavimentação etc.

⁵ Entrevista realizada pelo discente/colaborador do Projeto, Daniel Menezes Damacena; com adequação da linguagem e análise realizada pelo bolsista João Pedro Celestino dos Santos.

Nesse trabalho agrícola, suas plantações se davam a partir da doação de sementes pelos vizinhos, pelo fato de que a compra das mesmas ser muito custosa para eles.

A plantação de macaxeira, por exemplo, é sempre realizada nas primeiras chuvas de inverno, no tempo mais frio, justamente por demandar uma quantidade maior de água. Além disso, se baseiam na situação climatológica e astronômica para poderem contemplar o processo de plantação. O preparo da terra é feito manualmente com ferramenta tradicionais como a enxada, ou mesmo o arado (com tração animal), além de contratar pessoas para trabalhar temporariamente na colheita dos produtos, e isso compete para viabilizar o desenvolvimento da produção. Hoje, segundo a entrevistada, eles visão a produção do excedente para ser comercializado, principalmente para puderem manter sua família na terra. Esse excedente é comercializado por meio dos intermediários, o que nos leva a pensar na subjugação do camponês ao mundo capitalista e se envolvem nessa relação para, como já foi dito, buscarem recursos financeiros para manter-se na terra e trabalhando.

O trabalho também se estendia sobre as casas de farinha (estrutura comum e presente no povoado Zanguê, que ao longo do tempo foi perdendo importância para a comunidade, simplesmente pelo fato existir meios onde é possível comprar farinha na quantidade desejada, mas que não significou sua total inexistência. A família da senhora Maria de Fátima ainda possui uma casa de farinha), para a realização da produção de farinha, de forma coletiva, para consumo próprio (guardavam a farinha em sacos ou recipientes de zinco), e para venda. É, por sua vez, também uma expressão de resistência frente às inovações técnicas e tecnológicas asseguradas pelo sistema capitalista.

Uma maneira encontrada pela comunidade de perpetuar sua crença no catolicismo foi a criação de um movimento religioso chamado “Mãe Rainha” há 17 anos, onde famílias do povoado realizam encontros e rezas, mantendo tradições e levando a evangelização nas casas de pessoas idosas, enfermos e na comunidade em geral. Isso é uma maneira de continuar com a tradição católica que é passada de geração para geração.

O depoimento da entrevistada assegura a reflexão sobre a condição de existência do camponês. Ele está sendo subjugado pelo capital e obrigado a se integrar no mercado. Mas permanece ativo, e apenas encontra meios para que possa permanecer na terra e dela conseguir se reproduzir socialmente.

Conclui-se aqui que realizar os registros de memória têm sido de fundamental importância para a compreensão do território de Itabaiana e ainda valorizar a existência dos camponeses para a sociedade e mais, enfaticamente, em termos políticos porque representam uma resistência – talvez seja o termo mais apropriado para caracterizá-los – frente às imposições do sistema capitalista que vem por diversos meios “apagar” a existência desses sujeitos.

Os camponeses são expropriados de suas terras, são alijados e esquecidos na sociedade, são obrigados a se encaixarem no mercado, são marcados pela pobreza entre outras tantas questões, por ora negativas, que circundam o seu mundo. Mas, ao mesmo tempo em que são negligenciados, são contemplados por um conhecimento/saber próprio, por costumes que preservam suas tradições e culturas. Veem na terra a fonte primaz de sua existência e atribuem a ela, não valor monetário, mas valor concreto de sustento de sua família, pois planta, colhe e se relaciona com ela à medida que o tempo passa.

Então, vê-se que os camponeses são os maiores “militantes” para assegurar seus direitos de “possuir a terra”, de existir, de serem politizados, de evitarem o uso de produtos químicos em seus cultivos e ainda de não pertencer a um modelo de exploração da natureza e do trabalho humano como o agronegócio, de usufruírem de espaços coletivamente, entre outros. Esse Plano é uma das melhores formas de ampliar o olhar geográfico sobre o território de Itabaiana, porque não negligencia os sujeitos sociais que são históricos e atuantes.

Entrevista 5:

O senhor Derivaldo Lima dos Santos, tem 71 anos de idade, é filho do senhor Josias e da senhora Maria, e um dos sete filhos do casal e desde sempre, viverem do trabalho no campo – seja na sua terra ou em terras alheias. É

originário do município de São Miguel do Aleixo/SE, casado com a senhora Lurdes, com quem teve, também, sete filhos, mas a maioria deles não vive no campo. Mora com sua esposa e com um neto no Povoado Canginha situado no município de Areia Branca.

Seu Derivaldo reside no Povoado Canginha há oito anos, e relatou que vive nele tranquilamente apesar de se queixar da violência. E isso, por sua vez, não o motiva em deixá-lo. Deseja apenas, sair do seu sítio para outro menor, para cuidar de suas galinhas com maior tranquilidade, pois, em função de sua saúde fica difícil de cuidar de cinco tarefas de terra sozinho.

Esse sítio onde mora há oito anos, é resultado de muito trabalho. Finalmente conseguiu comprar sua terra, mesmo se subjugando a um banco quando da concessão de um empréstimo para quitar o restante do pagamento do terreno. E nele, o seu Derivaldo, cultiva sua terra com arado, com enxada e trata de suas criações. Geralmente planta macaxeira, mandioca, batata, ou ainda, pimenta e maxixe e evita usar veneno, simplesmente por ter consciência da gravidade dos riscos de seu uso; ele enfatizou: “(...) *eu como minha lavoura. Eu vou passar veneno sabendo que eu vou comer (...)*”. O entrevistado não cultiva com a finalidade de comercializar, mas sim para ter recursos para se manter na terra. Ele usa os produtos do sítio para alimentar seus porcos. E só vende alguma coisa quando tem algum demandador de tais produtos, como suas galinhas caipiras – que cria para vender (a princípio) para ajudar na renda da família.

Segundo o entrevistado, o povoado que vive é composto por sítios e chácaras, além disso possui escola, associação demoradores, não possui água encanada e a prefeitura disponibiliza ônibus para levar os estudantes às escolas na cidade de Areia Branca.

Nesse povoado, boa parte de suas famílias vivem do trabalho na terra, nas suas malhadas, plantando suas culturas, o que contribui com a renda dessas famílias. Ele enfatizou que esse trabalho continua, sobretudo, por causa da falta de emprego, tendo em vista o trabalho com a terra como uma saída para essa situação.

Seu Derivaldo já mobilizou-se inúmeras vezes (um total de 39 vezes), em virtude do trabalho que sempre exerceu nas fazendas e sítios daqueles que compravam sua força de trabalho, e seu deslocamento se dava, sobretudo, quando escolhia não mais trabalhar para aquele fazendeiro, ou mesmo quando sente-se pressionado (por exemplo, chegou a cortar quatro dedos da mão no trabalho e foi “forçado” a trabalhar ainda em recuperação) e por questão de filosofia de vida resolvia procurar um novo emprego. Ele enfatizou que, para trabalhar no campo, já chegou a ir até o estado do Maranhão roçar pastos, mas não deu certo e acabou retornando a Sergipe.

Em relação ao contato com a cidade, ele enfatizou que é em Itabaiana que ele sempre costuma ir para resolver alguma situação. Ele vem sempre à feira nos dias de sábado, porque conhece vários feirantes e comerciantes, além de possuir crédito em algumas lojas, onde pode comprar o que precisa para sua casa.

Ele nunca cogitou deixar o campo pra morar na cidade. Ressaltou que, nem aposentado cogita, em hipótese alguma, morar na cidade, simplesmente, porque gosta da liberdade do sítio. Ele explanou que o trabalho com a terra, na malhada é o “melhor esporte do mundo; gosto e alivia meu corpo”. Sempre acorda cedo para trabalhar na malhada, ele mesmo faz seu tempo. E isso não o impediu de, ainda, vender sua força de trabalho nos sítios vizinhos.

Então, conclui-se que o trabalho camponês equivale a condição real de sobrevivência. O trabalho não acumular dinheiro, mas para produzir espaço, socializar saberes e defender a importância do camponês e da permanência do mesmo na terra, que é parte essencial de sua existência. O senhor Derivaldo é uma eximia prova de que o camponês se mobiliza para cuidar se sua família, se subjugando às determinações de patrões e da necessidade/dificuldade de migrar. O camponês se reinventa.

5. Conclusões

Para concluir, a memória faz revelar para além de imagens e fatos que estão guardados nas mentes dos sujeitos – históricos e atuantes. Revelam condições de existência, de re-existência, de sobrevivência e mais ainda, de resistência. Revela a possibilidade de pensar e analisar a dinâmica do espaço, a sua produção e transformação ao longo do tempo.

Utilizar-se dos registros de memórias dos sujeitos camponeses, é valorizar esse grupo de trabalhadores – que produzem conhecimento – não clandestinizando-os e/ou menosprezando-os em virtude de um conhecimento hegemônico que oculta a existência e importância desses sujeitos.

Ouvir esses camponeses permitiu ampliar a visão geográfica sobre o território de Itabaiana, onde foi possível perceber que a importâncias desses no processo de produção deste território através do trabalho com a terra, a persistência da prática da agricultura, da mobilidade do trabalho, das materialidades e subjetividades, e das várias relações sociais que estão imbuídas no campo e para além dele.

6. Perspectivas

As principais perspectivas que decorrem da execução deste Plano de Trabalho, são elaborar Projeto de Pesquisa para ser executado num possível mestrado, e continuar colaborando com o Projeto supracitado, ampliando o leque de possibilidades para a produção do conhecimento, para crescimento acadêmico e pessoal.

Além de elaborar formas de divulgação junto à comunidade em geral, como artigos, caderno de memórias, participação em exposições e possíveis eventos onde seja conveniente explanar sobre os resultados e análises propostas neste Projeto.

7. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Juniele P. de. Historicidade, sujeito e oralidade. In: Marchiori, M. **História e memória**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2013: Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro – p. 43 -52. (Coleção faces da cultura e da comunicação organizacional; 4). 2013.
- BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. In: **Mouseion**, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. p. 35 - 67. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2018.
- DAHER, Andrea. **A oralidade perdida**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FARIA, Sheila de Castro. Histórias esquecidas: os andarilhos da sobrevivência. In: _____. **A colônia em movimento** – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- LIMA JÚNIOR, Carvalho. **Monographia histórica do município de Itabayana**. Revista do IHGSE. Aracaju, vol. 2, n. 4, p. 128 - 149, 1914.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. – Petrópolis, Editora Vozes. 1986.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória: combates pela história. In: **Revista Latinidade**. v. 1, n. 1, 2015. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/latinidade/article/view/17884>>. Acesso em: 11 mai. 2018.
- MORAES, Antônio C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. 2ª. Edição. / Antônio Carlos Robert Moraes. – São Paulo: Annablume, p. 15 – 27, 2011.
- MORAES, Antônio C. R. COSTA, Wanderley Messias da. A Geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, M. (org.), **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, p. 111 – 130. 1982.
- MOTTA, Mariza Veloso. **Conhecimento camponês e forças produtivas: a fazenda goiana**. 1981. p. 157 - 163. Disponível em: <http://www.dan.hospedagemdesites.ws/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1981/anuario81_marizamotta.pdf>. Acesso em 14/12/2017.

NUNES, Maria Thetis. **A ocupação territorial da Vila de Itabaiana**: a disputa entre lavradores e criadores. In: Simpósio Nacional dos Professores de História, 1975. Aracaju. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v. 2, p. 407 - 420. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S08.19.pdf> >. Acesso em: 25/11/2016

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer. In: _____. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias; tradução Nilson Moulin. – São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 15-38.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução literal [de] Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. – 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. In: **Métis**: história & cultura – v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77 – 116. 1995.

SOUZA, Marcos A. de. **Memórias sobre a capitania de Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe; Secretaria do Estado da Cultura, p. 59 – 64. 2005.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

THOMPSON, E. P. Costume e cultura. In: _____. **Costumes em comum**. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. Cidades e campos. In: _____. **O campo e a cidade: na história e na licenciatura**. Tradução: Paulo Henriques Britto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 471 – 500.

WOORTMANN, Ellen F. **O sítio camponês**. 1981. p. 164 - 203. Disponível em: <
http://www.dan.hospedagemdesites.ws/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1981/anuario81_ellenwoortmann.pdf >. Acesso em: 14/12/2017.

8. Outras atividades

O discente participou da IV Semana Acadêmica da Universidade Federal de Sergipe (IV SEMAC) – Campus Universitário Professor Alberto carvalho, em novembro de 2017, sobretudo de sua abertura com o tema “Universidade Pública, Assistência Estudantil e os rebatimentos a partir da conjuntura de crise” que promoveu uma reflexão histórica da universidade pública, seus desafios e enfrentamentos socioeconômicos, principalmente no momento de crise de crise político-social-econômica do Estado brasileiro.

Ainda na IV SEMAC, foi realizado o 27º Encontro de Iniciação Científica, onde foi apresentado os resultados da pesquisa *“DAS MINAS DE PRATA A OUTROS INTERESSES: pensamento geográfico e geografia histórica de Itabaiana, fontes e temas relativos à formação de seu território”*, do período 2016-2017. Foi apresentado o Plano de Trabalho “Registros de memória e formação territorial” (parte integrante do Projeto citado), onde se discutiu justamente a importância das memórias de “pessoas comuns” na leitura da formação territorial de Itabaiana, percebendo os rebatimentos sociotemporais nos dias de hoje. E ainda, esse Encontro foi de extrema importância para que os integrantes do grupo pudessem socializar os resultados de suas pesquisas e construir um conhecimento sobre aquilo que está, ainda, desconhecido.

Como parte integrante do 27º Encontro de Iniciação Científica, ocorreu o Minicurso sobre “Redação Científica e Plágio Acadêmico” que teve como objetivo orientar os discentes pesquisadores na construção de textos acadêmicos, contemplando a importância de se atentarem às normas, sobretudo para evitar os casos de plágio, que é considerado um “mal” para a credibilidade e qualidade da redação, como também uma falta de ética do pesquisador.

O discente também participou na função de mediador, da “Exposição Das minas de prata a outros interesses: Fontes e Temas sobre a formação territorial de Itabaiana/SE”, que procurou consolidar o projeto de 2016-2017 (com mesmo nome) em dois dias. Nessa exposição foram apresentados resultados sobre a formação territorial de Itabaiana e outros fatores de análise que corroboraram com essa formação além dos estudos relacionados às “minas de prata” e de outros “interesses”. A proposta da Exposição foi justamente socializar os

resultados da pesquisa para um maior número de pessoas (estudantes de diversos cursos, professores e o público em geral), para que as mesmas pudessem conhecer “um pouco mais” sobre o município de Itabaiana. Nas rodas de conversa, as pessoas poderiam manifestar seu pensamento, suas perspectivas, seus saberes sobre questões que, de certa forma, estão inerentes à formação territorial.

A Exposição contou com uma equipe de organizadores e colaboradores que, de certa forma, contribuíram com a pesquisa. E estes estavam aptos (pois antes da culminância da Exposição havia diálogos sobre as questões da mesma) a monitorar e mediar a apresentação dos Planos de Trabalho, dos objetos que estavam expostos.

Sobre estes objetos, se referem às peças que estão ligadas à formação territorial como a moringa para conservar água, ferramentas de trabalho no campo como a enxada e foice, os trançados de palhas entre outros. Além de fontes documentais – livros e álbum de fotografias de Itabaiana da primeira metade do século XX. Enfim, essa atividade contribuiu para o enriquecimento do conhecimento dos envolvidos e daqueles que visitaram a mesma.

Como resultado das atividades realizadas no processo de execução do Plano de Trabalho “Registros de memória social de camponeses em Itabaiana, Sergipe”, realizou-se a produção de um artigo científico, apresentado no XIX Encontro Nacional de Geógrafos em João Pessoa, Paraíba, na Universidade Federal da Paraíba, sendo posteriormente publicado em anais do evento. Esse evento contribuiu sobremaneira para o crescimento pessoal e acadêmico do discente, propondo uma reflexão mais densa e profunda sobre as questões do mundo, sobre as relações sociais e as suas possíveis contradições.

APÊNDICES

Apêndice A

1. Identificação da entrevista	
Nome:	
Apelido:	
Idade:	
Local:	
Duração:	
2. Objetivo:	
3. Palavra-chave:	
4. Temas e relação com a formação territorial:	
5. Forma de registro:	
6. Etnografia do local:	
7. Justificativa da Entrevista: O registro dessa memória no contexto do Projeto e do Plano de Trabalho	
8. Procedimentos:	
9. Entrevista Transcritor(a): Acréscimos:	
10. Equipe de campo/Pesquisador(es):	
11. Referências associadas à entrevista: <input type="checkbox"/> Consultadas/utilizadas	<input type="checkbox"/> Produzidas Fotografias Autoria:

Apêndice B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____
_____, residente _____ na

_____. Profissão: _____.

RG: _____ pelo presente documento declaro que participei de entrevista como também de exercício etnográfico, incluindo registro fotográfico no _____ seguinte local: _____

_____, no dia _____, no turno da _____, e contatos posteriores no(s) seguinte(s) local(is), datas _____ e _____ turnos data(s): _____

_____. Ciente que estes registros serão fontes de pesquisa do Projeto de Pesquisa: "SÍTIO E ROÇA, COSTUMES E TRABALHO: fontes e conhecimento camponês para um pensamento geográfico e uma geografia histórica da formação territorial de Itabaiana, Sergipe". (PIBIC/COPEP/UFS – Edital _____), e do(s) Plano(s) de Trabalho _____

_____, desenvolvidos sob a Coordenação de Fabrícia de Oliveira Santos, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (SIAPE 2569894), Campus Prof. Alberto Carvalho, e pelo(a) Bolsista _____ (Tip

o da Bolsa: _____) discente do Curso de Geografia (matrícula _____); e integram os objetivos do Projeto supracitado que inclui, entre as fontes e conhecimentos levantados e inventariados, através de pesquisa bibliográfica e de trabalhos de campo, a proposta de desvelar a importância do sítio, da roça, dos costumes e do trabalho como um conhecimento camponês, como parte de um pensamento geográfico e uma geografia histórica da formação territorial de Itabaiana, Sergipe, para uma

descolonização do conhecimento. E, ao compreender o respeito ao participante entrevistado(a) em sua dignidade e autonomia, de forma a assegurar a minha vontade de contribuir com a pesquisa, assino o Termo por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida, fornecendo ao (aos) pesquisador(es) acima citado(as/os) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para divulgar e publicar, para fins acadêmicos, a mencionada entrevista e demais registros no todo ou em parte, editados ou não, com ressalva de garantia da integridade e de confidencialidade seu conteúdo e a identificação do autor cedente da entrevista e das imagens, como também de quem efetuou os registros.

Obs.:

Formas de registro efetuadas:

- () Entrevista não gravada em suporte eletrônico, apenas anotadas as respostas às questões abertas e fechadas;
- () Entrevista gravada em suporte eletrônico, e também anotadas as respostas às questões abertas e fechadas;
- () Registro fotográfico

_____. SE ____/____/____

Assinatura do(a) Entrevistado(a)

Assinatura de Testemunhas

Assinatura do(s) Pesquisador(es)